

RESUMO EXPANDIDO - EIXO 2 - DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

**REPERCUSSÕES DA PRISÃO NA SAÚDE MENTAL DAS MULHERES
SUBMETIDAS À PRIVAÇÃO DE LIBERDADE NO BRASIL**

Nikaelly Lopes De Freitas (nikaellylf@gmail.com)

Celecina De Maria Veras Sales (celecinavs@gmail.com)

Este estudo aborda as repercussões da prisão na saúde mental de mulheres privadas de liberdade no Brasil, com foco em uma unidade prisional no Ceará, estado do nordeste brasileiro. O trabalho insere-se em um contexto de crescimento exponencial do encarceramento feminino, destacando como o sistema prisional opera em um cenário de violação de direitos, precariedade estrutural e aprofundamento da violência de gênero. O objetivo central da pesquisa é analisar como as condições de encarceramento repercutem na saúde mental das mulheres, além de compreender as intersecções entre aprisionamento, desigualdade social e violência de gênero. O estudo busca evidenciar que o cárcere, além de não promover ressocialização, funciona como espaço de produção de sofrimento e de perpetuação de desigualdades sociais. A metodologia adotada foi de natureza qualitativa e incluiu pesquisa documental, bibliográfica e de campo, com uso de entrevistas em profundidade, questionários e observação participante de inspiração etnográfica. O campo empírico envolveu a entrevista de 19 mulheres presas ou egressas, além de profissionais da equipe de saúde e da administração penitenciária. A análise dos dados foi realizada por meio da Análise Crítica Feminista do Discurso (ACFD) aliada à teoria crítica da interseccionalidade, possibilitando compreender as sobreposições de opressões de gênero, raça e

classe. Os resultados revelaram que as mulheres privadas de liberdade apresentam elevado comprometimento da saúde mental, caracterizado pelo desenvolvimento ou agravamento de transtornos como ansiedade, depressão, transtorno bipolar, claustrofobia e distúrbios do sono. A precariedade das condições prisionais, somada à negligência institucional, agrava esse quadro, refletindo na dificuldade de acesso a serviços de saúde, práticas de hipermedicalização sem acompanhamento terapêutico adequado, submissão a tratamentos degradantes e discricionariedade no atendimento mediado por agentes prisionais. A pesquisa constatou ainda que a taxa de suicídio entre mulheres encarceradas é significativamente mais alta do que na população feminina em liberdade, bem como os índices de mortes por causas violentas ou desconhecidas. Na conclusão, o estudo evidencia que o encarceramento feminino no Brasil não apenas viola o direito à saúde, mas também impõe um sofrimento psíquico permanente, que transcende o tempo de cumprimento da pena. As consequências do cárcere se estendem para além da sentença, impactando profundamente a vida das mulheres e suas comunidades. O trabalho reforça que o sistema prisional brasileiro opera como produtor e reprodutor de desigualdades e sofrimento, funcionando como uma pena perpétua que compromete física, emocional e socialmente as mulheres. Diante desse cenário, ressalta-se a urgência da implementação de políticas públicas eficazes, humanizadas e voltadas para a saúde mental, bem como a necessidade de rever o modelo de encarceramento feminino no país.

Palavras-chave: encarceramento feminino; saúde mental; violência de gênero; sistema prisional; direitos humanos.